

Lavagem de Dinheiro e Crime Organizado são temas de curso da JFPE

Entre os dias 28 de novembro e 2 de dezembro, a Justiça Federal em Pernambuco (JFPE), em parceria com a Escola de Magistratura Federal da 5ª Região (Esmafe5), realiza o curso "Lavagem de Dinheiro e Crime Organizado", no edifício-sede da JFPE, no bairro do Jiquiá. O curso é voltado para magistrados, servidores e estagiários da JFPE e do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), como também para procuradores e servidores do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual, delegados e agentes de polícia. As palestras serão transmitidas por videoconferência para as subseções da JFPE, para o TRF5 e para as seções judiciárias da 5ª Região. A importância da temática se dá pois tanto a lavagem de dinheiro como o crime organizado foram objetos de alterações legislativas recentes: a Lei nº 12.683, de 2012, alterou a Lei nº 9.613, de 1998, que trata do crime de lavagem de dinheiro; e a Lei nº 12.850, de 2013, revogou a Lei nº 9.034, de



de 1995, que disciplinava o crime organizado. Vários especialistas ministrarão palestras sobre as recentes alterações legais relativas a tais crimes, além de discutirem sobre as dificuldades encontradas na investigação e julgamento destes delitos. Entre as temáticas abordadas no estudo, estão a "Lavagem de dinheiro

e crime organizado - Questões práticas", com o juiz federal da 11ª Vara Criminal da JFCE, Danilo Cunha e "Temas atuais da Lei nº 9.613/1998", ministrada pelo procurador regional da República, Wellington Saraiva. As inscrições foram gratuitas e realizadas até 21/11. Ao participante, será concedido certificado de 16 h/a.

CJF realiza pesquisa de satisfação

Queremos saber como a Justiça Federal faz parte da sua vida. Participe da nossa pesquisa!

O Conselho da Justiça Federal iniciou uma pesquisa de satisfação entre os usuários de seus serviços, com o objetivo de coletar informações sobre a Justiça Federal. O questionário, de tema "Sempre pode melhorar... e sua opinião fará diferença", pode ser respondido pela parte, advogado, procurador, perito ou defensor público até o dia 6 de janeiro, através do endereço eletrônico www.jf.jus.br/pesquisa2013.

Tribunal do Júri da 8ª Vara condena réu por tentativa de homicídio

A 8ª Vara Federal realizou procedimento de júri no dia 24 de outubro, decidindo pela culpabilidade do réu Wellington Agra Barreto de Araújo. Ele era acusado de roubo e tentativa de homicídio contra três policiais federais, ocorrido em maio de 2006 no município. A juíza federal titular da vara, Kylce Anne Pereira de Mendonça, presidiu o Tribunal de Júri, fixando pena de 12 anos e seis meses de prisão em regime fechado.

Cabo de Santo Agostinho recebe 34ª e 35ª varas em dezembro



No próximo dia 3/12 a JFPE inaugura as 34ª e 35ª Varas Federais, no município do Cabo de Santo Agostinho. Situadas na Rua Projetada C, nº 103, Loteamento Pinzon da Cidade Garapu, as varas possuem 2 mil m², com área construída de 928 m². A jurisdição das duas novas varas vai abranger seis cidades situadas no entorno do Cabo - Cortês, Amaraji, Rio Formoso, Ipojuca, Escada e Primavera. De acordo com o arquiteto da JFPE, Rildo Martins, a obra atende às normas de acessibilidade com a utilização de rampas, vagas de estacionamento para portadores de deficiência e banheiros acessíveis. "As normas de segurança também foram asseguradas, com elementos como porta giratória".

Centro de Conciliação da Seção Judiciária de Pernambuco inicia atividades

Criado no dia 22 de outubro, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Justiça Federal em Pernambuco (JFPE) iniciou as atividades na segunda-feira (18). Foram realizadas 28 audiências de

audiências de conciliação, acelerando a resolução dos conflitos em trâmite nas varas federais da JFPE. Coordenador Seccional do Núcleo de Conciliação, o juiz federal Mateus de Freitas Cavalcanti Costa destacou o caráter permanente do Centro. "A Justiça

Federal já realiza conciliações há muito tempo, com resultados expressivos. A estrutura permanente do Centro é um reconhecimento dessa vocação conciliatória da JF, facilitando a interlocução com os entes públicos responsáveis por processos de massa

em curso na JF como a Caixa, a AGU e o INSS", explicou o magistrado. Inicialmente, foi realizada uma triagem nas varas federais que compõem a SJPE, selecionando 168 processos para participar das conciliações, apenas no mês de novembro. O Centro funciona de segunda a sexta-feira, das 13h às 17h, no edifício-sede da JFPE.

